

Implicações pedagógicas da nova legislação sobre o ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa — a opinião dos alunos

MARIA HELENA PINHEIRO RODRIGUES*

INTRODUÇÃO

O Despacho Governamental 32/EBS/86 tem sido alvo de acesa polémica entre personalidades ligadas à Educação, não tendo sido, porém, relevada a opinião da população estudantil. Dado este facto, o objectivo fundamental do presente estudo consiste em detectar os aspectos do referido Despacho que mais sensibilizaram os alunos, perscrutar as suas críticas e opiniões e concluir em conformidade.

Como forma de introduzir a questão, far-se-á, no capítulo **A situação actual do ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa e o Despacho 32/EBS/86**, um breve confronto do nosso ensino-aprendizagem da Língua Materna com a medida governamental; passar-se-á, de seguida, à apresentação da **Metodologia do Estudo**, procedendo-se, depois, à **Apresentação Analítica dos Resultados**. Para terminar, proceder-se-á à elaboração de **Conclusões**, a partir das quais poderão ser esboçadas algumas Implicações.

1. A SITUAÇÃO ACTUAL DO ENSINO-APRENDIZAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA E O DESPACHO 32/EBS/86

(*) A. P. P. no CIFOP, Universidade do Minho. Mestre em Ensino da Língua Portuguesa.

Por paradoxal que pareça, a Língua Materna, forma e veículo de cultura, apresenta-se, muitas vezes, como um instrumento impeditivo do acesso a outras formas de cultura, porque configurada em **ruído**, quer no acto de enunciação, quer no de recepção.

Pais e professores são unânimes em reconhecer a manifesta dificuldade da maior parte dos jovens em se apropriarem da Língua na sua dupla face: ler textos/produzir textos. A primeira das actividades é geradora da segunda e a sua insuficiência manifesta-se, aos olhos de todos, tanto no desinteresse de crianças e jovens pela frequência de bibliotecas escolares e outras, como pelo escasso tempo que, nas horas de lazer, dedicam à leitura.

A veemência dos protestos que responsabiliza a imagem, quer televisiva, quer desenhada, pela marginalização do livro, mescla-se, embora numa configuração mais esbatida, com o argumento de que a Escola actual prepara o homem da era 2.000, da revolução científica e tecnológica, em que o saber ler talvez não surja como instância de primeira necessidade.

Todavia, nem no apregoado abuso dos audio-visuais, nem na defesa de outros saberes em detrimento do saber fazer linguístico, se encontram as causas que mais profunda e determinantemente contribuem para o insucesso na disciplina de Língua Portuguesa.

É a própria Escola, como parte integrante de um sistema e, em última análise, como instância conseqüente dele, que não consegue otimizar e tornar

eficaz o seu ensino-aprendizagem, de modo a responder às necessidades reais do aluno. Numa visão geral da Escola portuguesa, perfilam-se lacunas de vária ordem, desde a precaridade das instalações, a exiguidade e deficiência de recursos materiais, a desarticulação dos programas, a inadequação e anacronismos dos seus conteúdos, até à própria formação de professores.

Os escassos Jardins de Infância existentes, pela falta de pessoal especificamente preparado, estão, em grande parte, transformados em meros depósitos de crianças. Revelam uma inoperância quase total pela incapacidade de promoverem a socialização da criança e implementarem um programa, minimamente satisfatório, de desenvolvimento linguístico e de pré-leitura, duas componentes imprescindíveis de formação nesta faixa etária. A Escola Primária, instituição primeira do relacionamento sistemático do aluno com a Língua escrita, esquece, frequentemente, que o acto de ler, como diz Sartre, constitui a síntese da percepção e da criação. A tarefa de interacção semiótica entre o texto e o leitor é, assim, substituída por um acto mecânico de decifração. Nos níveis de escolaridade subsequentes, propícios que deveriam ser, além do mais, a uma reflexão sobre o funcionamento da Língua, o contributo das modernas teorias linguísticas que, na opinião de E. Faure (1972), invadiram já um vasto campo do saber e trouxeram achegas de inegável valor para o estudo da Língua Materna e para o futuro da educação em geral, tem redundado em «povoamentos florestais» de tipo frásico, esquemáticos, simplistas, redutores da competência comunicativa do falante. As análises de texto, pelo recurso abusivo a modelos operatórios, têm conduzido grande parte da população estudantil a um hipertrofismo teórico, inconducente à fruição do texto como organismo vivo e estético, resultante de um modo de visionar o mundo.

Este quadro real do ensino-aprendizagem da Língua Materna, que torna esta disciplina monótona e acessível apenas a alunos provenientes de meios linguísticos sintonizados com o Português padrão e habituados a contactar com livros desde a mais tenra idade, é apanágio da Escola estratificada a que aludem Bourdieu e Passeron (1974).

O Despacho 32/EBS/86 preconiza, como uma das condições necessárias à transição de ano dos «alunos dos cursos normais e supletivos diurnos do ensino preparatório e do curso geral unificado do

ensino secundário», a obtenção, «na disciplina de Língua Portuguesa de um nível superior a dois».

Será que, com esta disposição, o Ministério visa «adoptar medidas concretas que nos mais diversos domínios contribuam para a dignificação, a preservação e o desenvolvimento da língua e da cultura portuguesas» ou irá acentuar, de forma notória, a função da Escola como reprodutora de desigualdades sociais?

Esta medida governamental, e como consequência da reacção provocada, foi seguida de mais três Despachos tendentes a aligeirarem o conteúdo do anterior: Despacho 41/EBS/86 que determina a elaboração de «orientações metodológicas pela Direcção Geral do Ens. Básico» a enviar «às escolas até ao dia 15-11». É curioso o rigor da data, uma vez que o Despacho que a prescreve é de 18-11!... Em relação aos restantes dois Despachos, Despacho 42/EBS/86, há apenas a salientar a particular atenção dada aos alunos «que denotem dificuldades de aprendizagem e/ou aproveitamento escolar insuficiente na disciplina de Língua Portuguesa/Português» que verão «os respectivos tempos lectivos semanais reforçados até duas horas». É notável este aumento de dose...

Os alunos conhecerão, todos eles, esta decisão? Que pensam dela, os que são directamente atingidos? Como reagem também aqueles estudantes que passaram a barreira do ensino unificado?

Optou-se por um breve estudo experimental com jovens escolarizados, no intuito de ponderar as suas críticas e sugestões.

2. METODOLOGIA DO ESTUDO

Delimitou-se um amostra de 100 alunos, repartidos pelos 8º, 9º, 10º, 11º e 12º anos de escolaridade, procedentes de duas Escolas Secundárias da zona urbana de Braga. Trata-se de uma amostra que, não possibilitando generalizações, constitui uma achega válida para ajuizar do modo como a medida governamental foi encarada pelos alunos e de como as sugestões apresentadas, ainda que, por vezes, de forma incipiente e fragmentada, apontam para o âmago da questão.

O Instrumento de trabalho utilizado, um Inquérito aos Alunos (Vide Anexo I), composto de

11 questões, da inteira responsabilidade da autora deste trabalho, pretende recolher elementos integráveis nos seguintes parâmetros: Posição Social do Aluno, Conhecimento do Despacho, Opinião acerca do Despacho, Sugestões de medidas mais eficazes, Contributo do Despacho para um maior empenhamento dos Professores e Necessidade de sucesso na disciplina de Língua Portuguesa.

Depois de recolhidos os dados em 10 turmas, procedeu-se ao seu **Tratamento**. Numa primeira perspectiva, foram calculadas as percentagens totais por parâmetro em cada um dos anos de escolaridade; numa segunda, foram calculadas as percentagens parciais por Posição Social, incluindo neste caso apenas os parâmetros fundamentais: Opinião acerca do Despacho e Sugestões de medidas mais eficazes.

A inclusão dos alunos em Posições Sociais foi feita de acordo com parâmetros previamente estabelecidos, na grelha elaborada pela área de Análise Social e Organizacional de Educação, UM. (Vide Anexo II).

3. APRESENTAÇÃO ANALÍTICA DOS RESULTADOS

Todos os alunos inquiridos conheciam a referida disposição governamental, o que revela de imediato não ter gerado a sua indiferença.

3.1. Opinião acerca do Despacho

A oposição declarada ao Despacho é da ordem dos 58%. Se a esta percentagem adicionarmos a de 32% de alunos que, embora não expressando uma opinião abertamente negativa, concebem a decisão como autoritária, impositiva e precipitada, conclui-se que a população alvo é altamente contrária ao espírito desta medida, como se depreende da percentagem total atingida — 90%. Pode considerar-se muito pouco relevante a percentagem daqueles que dão a sua anuência à disposição governamental — 7% — diminuta a percentagem dos indiferentes — 2% —, e insignificante a dos que se abstêm — 1%.

3.2. Sugestões de medidas mais eficazes

Tem um peso relevante a percentagem de alunos que considera premente uma formação mais adequada dos professores de Português — 52%. Ainda que, na maioria dos casos, os enunciados não traduzam linearmente este aspecto, há um leque de sugestões que focaliza as seguintes necessidades: aulas mais atraentes e práticas, análises de texto mais interessantes, um maior recurso à leitura, à interpretação e à redacção, aspectos fragmentados que entroncam num denominador comum: a Formação dos Professores.

Dos restantes 48%, 12% refere a urgência de um maior número de aulas semanais, capazes de colmatar deficiências de aprendizagem; 8% alude à elaboração de programas mais adequados aos interesses dos alunos. É diminuta — 2% — a percentagem de alunos que põe a tónica na necessidade de uma melhor formação escolar anterior, com relevância específica para a escola primária. É de 26% a percentagem dos que não apresenta qualquer sugestão.

3.3. Contributo do despacho para um maior empenhamento dos Professores de Português

Numa percentagem elevada — 79% — a amostra populacional crê que a disposição governamental, responsabilizando mais os professores, os levará a um maior zêlo na preparação e orientação das lições, bem como na avaliação dos alunos; 10%, contudo, mostra-se reticente quanto a essa nova forma de conduta; 9% acha que não haverá qualquer alteração; 1% abstêm-se.

3.4. Necessidade de sucesso na disciplina de Língua Portuguesa

É muito elevada a percentagem de alunos que considera imperioso o sucesso nesta disciplina — 82%. Se alguns o justificam atendendo a que a Língua Materna é o factor primeiro da nossa própria identidade e outros a invocam como património cultural e, conseqüentemente, digna de merecido respeito, a maior parte alude ao facto de o

Quadro I
 Percentagens parciais por parâmetro e percentagens totais

IDADE	ANO DE ESCOLARIDADE	CONH. DO DESPACH					OPINIÃO ACERCA DO DESPACHO					SUGESTÕES DE MEDIDAS MAIS EFICAZES					MAIOR EMPENHAMENTO DOS PROFESSORES				NECESSIDADE DE SUCESSO NA DISCIPLINA DE LÍNGUA PORTUGUESA			
		NEGATIVO	POSITIVO	MED. IMPOSITIVA	INDIFERENTE	NÃO RESPONDE	F. DE PROFESS.	M. PROGRAMAS	MAIS HORAS SEMANAIS	FALTA FORMAÇÃO ANTERIOR	NÃO APRESENTA	SIM	NÃO	DUVIDA	NÃO RESPONDE	SIM	NÃO	NÃO SABE	NÃO RESPONDE					
17A		6	0	0	5	1	0	5	0	0	0	1	6	0	0	0	6	0	0	0				
18A	129	10	3	0	6	1	0	6	1	1	0	2	5	1	3	0	9	1	0	0				
19A	(20)	3	2	0	1	0	0	3	0	0	0	0	2	0	1	0	3	0	0	0				
20A		1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0				
%		100%	30%	0%	60%	10%	0%	75%	5%	5%	0%	15%	65%	10%	0%	0%	95%	5%	0%	0%				
15A		1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0				
16A	119	9	1	3	5	0	0	5	1	1	0	2	8	0	1	0	7	2	0	0				
17A	(19)	5	5	0	0	0	0	2	1	0	0	2	2	3	0	0	3	2	0	0				
18A		3	3	0	0	0	0	1	0	1	0	1	1	1	0	1	2	1	0	0				
19A		1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0				
%		100%	58%	15%	27%	0%	0%	47%	11%	11%	5%	26%	64%	26%	5%	5%	63%	37%	0%	0%				
15A		7	5	0	2	0	0	6	0	0	1	0	6	0	1	0	7	0	0	0				
16A	109	6	5	0	1	0	0	5	1	0	0	0	5	1	0	0	5	1	0	0				
17A	(20)	3	3	0	0	0	0	1	0	0	0	2	3	0	0	0	3	0	0	0				
18A		3	2	0	1	0	0	2	0	1	0	0	3	0	0	0	3	0	0	0				
19A		1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0				
%		100%	75%	0%	25%	0%	0%	75%	5%	5%	5%	10%	90%	5%	5%	0%	95%	5%	0%	0%				
14A		8	5	1	2	0	0	2	0	2	0	4	7	0	1	0	8	0	0	0				
15A	99	4	3	0	1	0	0	0	1	1	0	2	0	1	3	0	3	1	0	0				
16A	(21)	6	3	1	2	0	0	2	0	2	0	2	6	0	0	0	5	1	0	0				
17A		3	3	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3	0	0	0	0	0	0	3				
%		100%	67%	10%	24%	0%	0%	1%	5%	24%	0%	56%	76%	5%	19%	0%	76%	10%	0%	14%				
12A		2	2	0	0	0	0	6	0	1	0	1	2	0	0	0	2	0	0	0				
13A	89	12	6	1	5	0	0	5	3	2	0	2	12	0	0	0	9	1	1	1				
14A	(20)	3	1	1	0	0	1	0	0	0	0	1	3	0	0	0	2	1	0	0				
15A		3	3	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	0	0	0	3	0	0	0				
% TOTAL		100%	58%	7%	32%	2%	1%	52%	8%	12%	2%	26%	79%	9%	10%	1%	32%	13%	1%	4%				

sucesso na disciplina de Português determinar o sucesso em quase todas as outras. 13% contradita esta opinião, argumentando que, na escola, o aluno, solicitado por outros interesses e porque tendo enveredado por uma área vocacional de natureza técnica, pode, em absoluto, prescindir do sucesso na disciplina em causa. Abstêm-se 4% e revela-se insignificante a percentagem dos que alegam não saber — 1%.

3.5. Posição Social — Opinião acerca do Despacho

Posição Social 1 (Vide Anexo II)

Sendo apenas de 2% a percentagem de alunos colocados nesta posição social, não é significativa a percentagem de 100%, que traduz o número daqueles que se opõem ao espírito do Despacho.

Quadro II
Percentagens Parciais por Posição Social

POSICÃO SOCIAL	OPINIÃO ACERCA DO DESPACHO					SUGESTÕES DE MEDIDAS MAIS EFICAZES				
	NEGATIVA	POSITIVA	MEDIDA IMPOSITIVA	INDIFERENTE	NÃO RESPONDE	FORMAÇÃO DE PROFESSORES	MELHORES PROGRAMAS	MAIS HORAS SEMANAIS	DEFICIENTE FORMAÇÃO ESC. ANT	NÃO APRESENTA
1 (2)	0	0	2	0	0	1	0	0	0	1
%	0	0	100%	0	0	50%	0	0	0	50%
2 (40)	23	4	12	1	0	22	5	3	0	10
%	58%	10%	30%	3%	0	55%	13%	8%	0	25%
3 (25)	17	1	6	1	0	15	1	5	0	4
%	68%	4%	24%	4%	0	60%	4%	20%	0	16%
4 (33)	18	1	13	0	1	16	1	4	2	10
%	55%	3%	39%	0	3%	48%	3%	1%	6%	30%

Posições Sociais 2, 3 e 4 (Vide Anexo II)

Nestas posições sociais, verifica-se que a maior reacção ao Despacho varia na razão inversa das posições sociais dos alunos: 88% (Posição Social 2), 92% (Posição Social 3) e 94% (Posição Social 4). Este facto justifica-se por uma progressiva incapacidade que os alunos porventura sintam em poder vir a ultrapassar a sanção prescrita, dada a precariedade do apoio que os seus ambientes de origem lhes podem proporcionar.

3.6. Posição Social — Sugestões apresentadas

Verifica-se, nesta perspectiva, que o destaque dado à necessidade de professores bem formados aumenta percentualmente, à medida que o nível de posição social diminui, excepto no que respeita à Posição Social 4, em que se regista uma ligeira descida — 48%.

Os alunos situados na Posição Social 1, ainda que os seus resultados não possam ser considerados significativos pelos motivos já aduzidos, apresentam uma percentagem muito elevada de abstenções — 50% —, contrariamente ao baixo nível de sugestões — 50%. De relevar o alto nível de abstenções ocorrido na Posição Social 4 — 30%. Tratando-se de alunos que podem ser considerados como os mais directamente atingidos por esta disposição do governo, a sua passividade e carência de espírito crítico poderá radicar no baixo estrato social de origem. Sublinhe-se, ainda que os alunos integrados nesta posição social dispersaram, por vezes com diferenças pouco acentuadas, as respostas pelos diversos parâmetros. São os únicos a assinalarem a necessidade de uma preparação escolar anterior de qualidade, talvez por reconhecerem que o seu ambiente familiar não é de molde a colmatar as carências de formação que a escola, desde sempre, lhes proporcionou.

4. CONCLUSÕES

Como remate deste breve estudo, gostaria de, em síntese, deixar expresso aquilo que ele mais palpavelmente me sugeriu.

A população alvo considera, numa percentagem muito elevada, a necessidade de obter sucesso na disciplina de Língua Portuguesa. Por uma margem percentual igualmente elevada, verifica-se acreditar que a disposição governamental irá contribuir para que os professores de Português se revelem mais empenhados na execução das tarefas que lhes são destinadas.

Não existe, pois, da parte dos alunos, qualquer intenção de minimizar a importância do estudo da Língua Portuguesa, ao mesmo tempo que parece reinar um certo optimismo quanto à actuação dos professores de Português.

Convidados, porém, a pronunciarem-se acerca da concordância ou não com o conteúdo do Despacho, os alunos optam, numa margem de 90%, pela negativa.

A juventude é incoerente, irreflectida! - dir-se-á.

Deverá pensar-se, antes, com mais clareza e ponderação, em termos de meios que lhes possibilitem efectivar o êxito desejado. Esta asserção é ainda mais plausível quando se verifica que, da população em causa, 74% apresenta sugestões tendentes a debelar o que considera obstáculos ao sucesso. De entre esta percentagem, tem um peso considerável a que apela para a necessidade de professores com uma formação adequada. A corroborar a interpretação encontrada, há também a assinalar o facto de que, à medida que a posição social desce, aumenta a rejeição ao Despacho e é mais acentuada a tónica que recai na urgência de professores bem preparados.

O assunto, longe de estar esgotado, daria azo a múltiplas perspectivas de investigação e, consequentemente, a novas conclusões. Aquelas a que cheguei, fruto de um caminho andando, permitem-me, desde já, apontar implicações em duas vertentes de que apresentarei breve resquício.

A primeira, decorrente dos resultados conseguidos na sua globalidade; a segunda, resultante das respostas obtidas em função das posições sociais.

Implicações na necessidade de uma formação mais consentânea dos Professores de Português

De acordo com E. Faure (1972), o homem é um ser inacabado, cuja realização se vai efectivando ao

longo de uma aprendizagem constante — a educação permanente. Nesta óptica, o professor terá de se nutrir de uma contínua formação, que não pode traduzir-se por iniciativas mais ou menos isoladas ainda que, por vezes, valiosas. A sua concretização passa por uma tomada de decisões governamentais que assegurem uma articulação entre os trabalhos executados por investigadores e a prática pedagógico-didáctica dos professores de todos os níveis, desde o pré-escolar ao escolar.

A formação inicial de professores deve, aliás, radicar hábitos tendentes a problematizar as situações de ensino-aprendizagem a que só pode dar resposta uma formação contínua programada, face-ta inequívoca da educação permanente.

Ao reducionismo do caduco *magister dixit*, responderá, assim, o docente «construtivista», o promotor de cultura. Só ele é capaz de gerar a aprendizagem da curiosidade, da descoberta, da construção, porque, como diz o adágio antigo, «Não se ensina o que se sabe mas o que se é».

É nesta tela de fundo que se insere o professor da disciplina de Língua Portuguesa, cujo ensino-aprendizagem tão arredado se tem visto dos ideais agora propalados no Despacho 32/EBS/86: «A dignificação, a preservação, o desenvolvimento da língua e da cultura Portuguesas». Há que considerar que, embora indissociáveis, a consecução destes princípios assenta, analiticamente, em dois pontos nevrálgicos: um deles prende-se com a universalidade que a Escola deve atribuir à palavra Cultura. A Língua, enquanto seu veículo primordial, é portadora de marcas que a Escola, como alavanca da socialização, não pode destruir ou marginalizar, mas antes catalizar; o outro liga-se mais directamente ao ensino-aprendizagem da Língua Materna. Em qualquer nível de escolaridade, o professor de Português tem de pautar a sua orientação por um princípio fundamental: a sua aula é, antes de mais, uma aula de Língua. Como tal, estratégias e recursos utilizados devem conjugar-se num objectivo comum: o enriquecimento da competência comunicativa do aluno. Nesta perspectiva, avulta a importância do Texto que, como fenómeno de comunicação, deve constituir, de acordo com o nível etário do estudante, objecto de crescimento linguístico, de fruição e de crítica.

Para atingir o objectivo enunciado é, porém, imprescindível que, ao atravessar o limiar da esco-

la primária, a criança possua um domínio da Língua Materna, que, longe de estar consumado, seja capaz de lhe conferir a possibilidade de êxito na sua primeira aprendizagem sistematizada.

Implicações na implementação urgente e efectiva de uma rede de educação pré-escolar a nível nacional

A aquisição/desenvolvimento da linguagem tem o seu período crucial no estágio pré-operatório. É nesta fase da vida da criança que desempenham papel de relevo os Educadores de Infância, cuja actuação, envolta num clima de afectividade, deve ser consciente e o mais possível individualizada.

Desde uma tentativa concertada de dilatação dos enunciados infantis, o seu papel comporta o recurso oportuno ao *feed-back* e à literatura oral, com especial relevância para as Lengas-lengas e Rimas Infantis. Esta literatura, originária ou inspirada na tradição, quando bem aproveitada, constitui um excelente exercício de destreza articulatória e de correcção de desvios não patológicos da fala.

O modo como se efectiva a interacção adulto-criança passa também pelo papel do adulto mediador no contacto da criança com albuns e livros ilustrados. A descodificação de imagens, o ler-lhe e contar-lhe histórias (na presença e/ou na ausência do livro) bem como o facultar-lhe a possibilidade de as recontar ou inventar, propicia à criança um feixe de actividades mentais em que admiravelmente se combinam as capacidades de predição e inferência a que aludem, respectivamente, Gibson (1978) e Smith (1979), ao definirem a leitura.

É esse estímulo oportuno às capacidades em vias de maturação, preconizado por Vygotsky (1979), que leva a criança a um crescendo linguístico e a um despertar de interesse pelo livro e até pelo acto de ler.

Investigações neste domínio, como as de J. Mason (1979) e de C. Chomsky (1980), são coincidentes em concluírem que as crianças com frequência de Jardins de Infância revelam um mais alto nível linguístico e uma maior predisposição para se iniciarem em actividades de leitura.

Eis porque a «igualdade de oportunidades», preconizada pela **Lei de Bases do Sistema Educativo**, só se efectivará com a criação de uma re-

de nacional de Jardins de Infância, instituições onde, no domínio da Língua Materna, sem aprender a ler, a criança aprende a comunicar.

Enquanto não se processar este nivelamento de condições de acesso à Escola Primária e não for assegurada uma formação condigna de todos os professores, o problema do ensino-aprendizagem na disciplina de Língua Portuguesa subsistirá, sem que qualquer diploma governamental o consiga obviar.

ANEXO I - INQUÉRITO AOS ALUNOS

- 1 — Idade
- 2 — Sexo
- 3 — Ano que frequenta
- 4 — Profissão do pai
Habilitações académicas
- 5 — Profissão da mãe
Habilitações académicas
- 6 — Ouviu falar do Despacho do Governo, que exige aos alunos do ensino preparatório e do curso geral do ensino unificado a obtenção de um nível superior a 2, na disciplina de Português para poderem transitar de ano?
- 7 — Na sua opinião, a que resultados poderá conduzir a aplicação dessa medida?
- 8 — Acha que essa medida contribuirá para uma melhor aprendizagem da Língua Portuguesa nas Escolas? Porquê?
- 9 — Haverá outras medidas mais eficazes para se conseguir uma melhoria no ensino/aprendizagem desta disciplina? Quais?
- 10 — Pensa que esta grande responsabilidade atribuída aos professores de Português vai contribuir para que sejam mais cautelosos na preparação e orientação das aulas e no modo como avaliam os alunos?
- 11 — Considera necessário que um aluno seja sempre bem sucedido na disciplina da Língua Portuguesa? Porquê?

ANEXO II — QUADRO DE POSIÇÕES SOCIAIS

POSIÇÃO SOCIAL 1 — CLASSE SUPERIOR

- Profissões liberais — médico
- advogado
- engenheiro
- arquitecto

- Grande industrial ou grande comerciante
- Altos funcionários — magistrados judiciais
- Altos funcionários administrativos (Directores
- Gerais, Directores de serviço, Gerentes Bancários)
- Gestores de empresas
- Professores universitários
- Militares de alta patente

POSIÇÃO SOCIAL 2 — CLASSE MÉDIA MAIS INSTRUIDA

- Professores dos ensinos: secundário, preparatório, primário e educadores de infância.
- Médios comerciantes e industriais
- Funcionários médios — quadros técnicos
- empregados bancários, seguros, etc...
- empregados de escritório com, pelo menos, o 5º ano
- solicitador/enfermeira/assistente social
- técnicos

POSIÇÃO SOCIAL 3 — CLASSE MÉDIA MENOS INSTRUIDA

- Pequenos comerciantes e industriais
- Caixeiros viajantes
- Funcionários médios — quadros administrativos (1º oficial, etc...)
- Empregados de escritório sem o 5º ano dos liceus
- Agente da P. S. P. e outras forças militarizadas
- Sargento
- Cabeleireiro (a)
- Capatazes e encarregados de obras

POSIÇÃO SOCIAL 4 — ESTRATO OPERÁRIO E RURAL (TRABALHADORES MANUAIS)

- Operários
- Trabalhadores rurais
- Funcionários auxiliares (pessoal de limpeza, contínuos, porteiros, motoristas, varredores, etc...)
- Vendedores ambulantes e feirantes.

REFERÊNCIAS

- Bourdieu, P. e Passeron, J.-C. (1974) — *Sociologie de l'éducation. Textes fondamentaux*: Paris: P.U.F.
- Chomsky, C. (1980) — Stages in language and reading exprossure, In M. Wolf, M. McQuillan e E. Radwin (Eds), *Thought Language/Language & Reading*, Cambridge Mass: Harvard Educational Review
- Faurc, E. (1972) — *Apprendre à être*. Paris: Unesco
- Formosinho, J. (1985) — *Modelos de Formação de professores: O modelo empiricista, o modelo teorcionista*

- e o modelo integrado, Apresentado no Encontro "Ensino Superior e Formação de Professores", Universidade de Aveiro.
- Gibson, E, e Levin, H. (1978) — *The Psychology of Reading*. Cambridge: M.I.T.
- De Landsheere, G. (1976) — *La formation des enseignants demain*. Paris: Casterman
- Lentin, L. (1972) — *Apprendre à parler à l'enfant de moins de six ans. Où? Quand? Comment?*. Paris: E.S.F.
- Lentin, L., Clesse, C., Hebrard, J., Jan, I. (1983) — *Du parler au lire — Interaction entre l'adulte et l'enfant*. Paris: E.S.F.
- Mason, J. (1979) — *An analysis of the development of word reading*, Comunicação apresentada na Sociedade de Jean Piaget, Filadélfia.
- Mialaret, G. (1977) — *La formation des enseignants*. Paris: P.U.F.,
- Pedro, E., e Hub de Faria, I. (1983) — "Sociolinguística e formação de professores", *Palavras*, 4/5/6/: 152-155.
- Richelle, M. (1976) — *L'acquisition du langage*. Liège: Mardaga.
- Rodrigues, M. H. (1986) — *O desenvolvimento linguístico como pré-requisito para o sucesso na leitura*, Tese de Mestrado, Universidade do Minho.
- Smith, F. (1979) — *Reading without nonsense*. New York: Teachers College.
- Vygotsky, L.S. (1979) — *Pensamento e linguagem*. Lisboa: Antídoto.

RESUMO

O presente estudo resultou da reacção generalizada por parte de sectores ligados à Educação, ao Despacho 32/EBS/86, que preconiza a necessidade de obtenção de média final superior a 2 na disciplina de Língua Portuguesa, aos alunos do ensino preparatório e do curso geral unificado do ensino secundário.

Na tentativa de conhecer a posição dos alunos e recolher sugestões face a esta medida governamental, decidi elaborar um inquérito e aplicá-lo a uma amostra de 100 alunos pertencentes a 2 Escolas Secundárias da zona urbana de Braga.

Os resultados obtidos foram tratados em duas perspectivas: percentagem total das respostas a cada parâmetro e sua análise e percentagens das respostas respeitantes aos dois parâmetros principais de acordo com a Posição Social dos alunos e sua análise. Concluiu-se, na

primeira perspectiva, que 90% dos alunos rejeitou o despacho, 52% apresentou como sugestão dominante a necessidade de uma melhor Formação dos professores, 79% acreditou que a disposição do Ministério levará os professores a empenharem-se mais nas suas tarefas e 82% reconheceu que é necessário obter sucesso na disciplina de Português. Quanto à segunda perspectiva, verifica-se que, à medida que a Posição Social desce, aumenta a oposição ao Despacho e é mais acentuada a tónica, que recai na necessidade de professores bem formados. Estas ilações levaram a que se esboçassem dois tipos de implicações. Um respeitante à Formação de professores de Português e outro apelando para a implementação urgente e efectiva de uma rede de educação pré-escolar a nível nacional.

ABSTRACT

This work is the outcome of a general reaction from some sectors connected with Education before the Ministerial Ruling number 32/EBS/86, issued by the Ministry of Education, which concerns all students from preparatory and secondary schools up to the 9th form, obliging them to get at least level 3 in Língua Portuguesa in order to succeed.

Attempting to find out the student's position and to get suggestions before the decision from the M.E., decided to organize an inquiry and to apply it to a sample of 100 students, from two secondary schools from the urban zone of Braga.

The results which were obtained were analysed under two perspectives: total percentage of the answers under to each evaluation item and its analysis and percentages of the answers concerning the two main evaluation items according to the Social Status of the students and its analysis. As to the former I've come to the conclusion that 90% of the students rejected the Law; 52% suggested the need for a better preparation of the teachers, 79% believed that the Law will force the teachers towards a more effective work and 82% admitted that success in Língua Portuguesa is absolutely necessary. As to the latter it was proved that among those of lower Social Status, the rejection of the Law increases and it is also proved that the need for a better preparation of the teachers is definitely required. These conclusions made it possible to come to two types of decisions. One concerning the training of teachers of Língua Portuguesa; the other concerning the urgent and effective implementation of an educational scheme for 'Kindergarten' children all over the country.